

POLÍTICA EDUCACIONAL NO ANTIGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: APONTAMENTOS SOBRE O GOVERNO CELSO PEÇANHA (1961 a 1962)

Waldeck Carneiro

Universidade Federal Fluminense
waldeckcarneiro@gmail.com

Flavia Araújo

Universidade Federal Fluminense
fmbaraujo@hotmail.com

Flavia Araújo

Universidade Federal Fluminense
fspv@bol.com.br

Resumo: Neste trabalho, que integra pesquisa sobre a política educacional no antigo Estado do Rio de Janeiro, analisa-se o governo Celso Peçanha (1961-1962). O interesse pelo tema está relacionado à mística que cerca este governo, lembrado como aquele que mais investiu em educação e melhor tratou os professores, na história recente do antigo Estado do Rio. Com o estudo, examinam-se os objetivos, as prioridades e as iniciativas que compuseram a política educacional do governo Peçanha, bem como as forças que disputavam aquela política. Foram realizadas pesquisa documental, análise da literatura especializada e entrevistas com personagens do contexto político do antigo Estado do Rio.

Palavras-chave: política educacional - rio de janeiro; governo celso peçanha - rio de janeiro; educação fluminense.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da pesquisa que iniciamos, no segundo semestre de 2010, intitulada “A Educação na Velha Província: análise da política educacional no antigo Estado do Rio de Janeiro (1945 a 1975)”¹. A pesquisa é uma das principais atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação (GRUPPE), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, do qual participamos na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF)².

Desde a fusão autoritária ocorrida em 1975, que unificou os antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, dando lugar a um só ente federado - o atual Estado do Rio de Janeiro -, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais relativos ao antigo Estado do Rio provocam acalorados debates, suscitam relevantes estudos e despertam paixões e saudosismos marcantes. Muitos segmentos da Velha Província, cuja capital era o município de Niterói, que teve intensa participação na vida política do Brasil, jamais se conformaram com a fusão, seja pelo seu caráter autoritário, próprio do período arbitrário em que se deu, seja pela perda do status do

antigo Estado e de sua capital no contexto da Federação. Por exemplo, Luiz Augusto Erthal (2009), editor, estudioso da literatura fluminense e crítico da fusão, a ela assim se refere:

A fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ocorrida há mais de 30 anos, ainda não se efetivou, na prática, no plano cultural, e poucos esforços têm sido feitos nesse sentido. Uniram-se os corpos; não as almas. Cariocas e fluminenses permanecem com suas identidades próprias e distintas, a despeito de pertencerem hoje a um único estado. E o pior: novas gerações vêm se formando sem ter o alicerce de um sentimento cívico regional, um ego nativista que caracteriza os cidadãos de cada estado dentro do conjunto formador do espírito da nação. (p. 3)

De nossa parte, além do interesse pelo campo da política educacional, temos estreitos vínculos políticos, acadêmicos e familiares com o antigo Estado do Rio de Janeiro, o que tem servido como importante estímulo a nossa atividade de pesquisa, além do reconhecimento da relevância histórica e política daquela antiga unidade federada estadual. Ademais, na etapa exploratória, com vistas à preparação do projeto de pesquisa, realizada com base em levantamento e análise documental, constatamos a existência de certa lacuna sobre o tema. Com efeito, enquanto a educação no Distrito Federal é objeto de diversas pesquisas, teses, livros e artigos, há escassez de contribuições sobre as políticas educacionais no Estado do Rio de Janeiro, ao menos no período coberto pelo nosso estudo (1945 a 1975). Os trabalhos localizados relacionam-se a aspectos econômicos e políticos do antigo Estado, como os estudos sobre a fusão, seus desdobramentos e impactos (VALLADARES, SANT'ANNA, 1992).

Assim, enveredamos por um amplo e complexo programa – mais que projeto - de pesquisa pelo qual nos propomos a inventariar e a analisar as políticas educacionais formuladas e praticadas pelos governos do antigo Estado do Rio de Janeiro. No trabalho investigativo, buscamos examinar os objetivos e as concepções político-pedagógicas que orientaram as políticas inventariadas, as prioridades e iniciativas que buscaram materializá-las, a forma e o ritmo como foram implementadas e os interesses e as forças em disputa em torno daquelas políticas.

No primeiro semestre de trabalho (julho a dezembro de 2010), procuramos ajustar o foco do estudo, intensificamos a pesquisa bibliográfica e iniciamos o processo de entrevistas com personagens significativos do contexto político do antigo Estado do Rio, observado o período coberto pela investigação. Neste segundo semestre de trabalho com o projeto, mantivemos as atividades mencionadas e iniciamos as análises e a produção dos primeiros textos decorrentes da pesquisa. É o caso do presente trabalho, que avança alguns apontamentos analíticos sobre um dos governos estaduais do período, a saber, o governo Celso Peçanha, que iniciou em 28 de fevereiro de 1961 e findou em 07 de julho de 1962.

Cumpre-nos esclarecer que optamos por iniciar as primeiras análises pelo governo Celso Peçanha, quebrando uma previsível linearidade na construção da pesquisa, visto que tomamos como marco inicial do estudo o ano de 1945, mais especificamente no período posterior ao Estado Novo, por duas principais razões. Em primeiro lugar, em razão de certa

mística que até hoje cerca o governo Celso Peçanha, segundo a qual teria sido o governo que mais investiu em educação e melhor tratou os professores, pelo menos na história recente do antigo Estado do Rio de Janeiro. Com efeito, ainda é comum, em ambientes frequentados por professores aposentados da rede de educação do antigo Estado do Rio, ouvir menções saudosas sobre os supostos “áureos tempos” vividos pelo magistério estadual no governo Celso Peçanha. Decidimos, então, examinar mais de perto, com olhar investigativo, a pertinência dessa boa fama. Em segundo lugar, devido à concretização da entrevista com o ex-governador Celso Peçanha, atualmente com 94 anos de idade, realizada em sua residência, na Cidade do Rio de Janeiro, no dia 06 de janeiro de 2011. Na verdade, foi uma dupla interlocução, visto que participou ativamente da entrevista a Professora Hilka Peçanha, esposa do ex-governador. A propósito, chamou nossa atenção a vivacidade e o detalhamento com os quais a ex-Primeira Dama restituiu diversos fatos e passagens do governo de seu marido, que se encerrou há quase cinquenta anos. Marcante foi também a sua resposta, quando indagada sobre o que lhe fazia mais falta em relação àquele período: “a vida do meu marido”. A amorosidade de sua resposta não invalida a constatação de que a vida de que sentia falta era, também, a sua, posto que Hilka Peçanha teve, naquela época, segundo várias evidências, uma atuação muito intensa na atividade pública de seu marido. Por sua vez, Celso Peçanha, o único governador vivo do antigo Estado do Rio, várias vezes destacou, durante a entrevista, que a educação foi a principal marca de seu curto governo (16 meses). Assim, este trabalho pretende examinar a precisão desta declaração e analisar as razões e as circunstâncias em que teria se materializado essa reivindicada ênfase na educação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para organizar a pesquisa, decidimos trabalhar com o período de 1945 a 1975, que compreende a etapa da redemocratização após o Estado Novo, ou seja, o início da República Populista, até o momento da Fusão, em plena ditadura civil-militar. Ao longo desses trinta anos, observa-se o crescimento da preocupação com a universalização da escolaridade primária e a formulação de projetos que buscam viabilizar a expansão do sistema público de educação, por meio da construção de escolas ou salas de aula (ABREU, 1955). Encontram-se, nas décadas focalizadas, histórias de lutas políticas, de rupturas no contexto jurídico, político e institucional e de projetos que não tiveram continuidade administrativa, ao mesmo tempo em que sobressai a efervescência da participação política e sindical de setores populares. Da redemocratização do país, em 1945, ao golpe militar, em 1964, tem-se uma fase marcada pela consolidação do processo de industrialização, pela ênfase na autonomia nacional e no crescimento econômico, embora dissociado de políticas estruturais de distribuição da riqueza (BENEVIDES, 1979). Ainda se assinala, no período, a presença de Getúlio Vargas, que governou o país em pelo menos quatro momentos distintos: durante o período dito revolucionário (1930 a 1934), durante o breve período constitucional (1934 a 1937), durante o Estado Novo (1937 a 1945) e durante o período da redemocratização (1951 a 1954), após a promulgação da Constituição de 1946. Mesmo após

o seu suicídio, em 1954, Getúlio - ou o getulismo - manteve forte influência no cenário político nacional, inclusive no antigo Estado do Rio de Janeiro (CRUZ, 1983). Afinal, vários governantes e lideranças do antigo Estado surgiram e se fortaleceram com o apoio de Getúlio Vargas, sendo o mais emblemático personagem dessa safra o “Comandante” Ernani do Amaral Peixoto, genro de Vargas, Interventor Federal no Rio de Janeiro durante todo o Estado Novo e, depois, governador eleito durante o quadriênio de 1951 a 1955 (CAMARGO et al., 1986).

Vargas toma o poder em 1930 e rearticula o pacto político, tendo ao seu lado setores da população que divergiam da hegemonia oligárquica. O Golpe de 1930 rompe com o antigo e tradicional domínio agroexportador, trazendo ao poder novos grupos sociais anteriormente excluídos (DINIZ, 1978). Na etapa que se inaugura, o Estado se reorganiza, constituindo-se enquanto agência de desenvolvimento econômico e de regulação social. Inicia-se o processo de modernização do Brasil, ocorrendo transformações que afetam tanto a vida política como a vida econômica do país (TAVARES, FIORI, 1993). No plano educacional, o governo cria o Ministério da Educação e Saúde, atendendo a uma antiga reivindicação dos educadores brasileiros. Para dirigir a pasta, é nomeado Francisco Campos, que realiza reformas no ensino universitário e secundário, criando também o Conselho Nacional de Educação (SAVIANI, 2008).

A necessidade do estabelecimento de políticas e de renovação da educação nacional motiva um grupo de educadores a pressionar o governo no sentido de adotar uma posição mais afirmativa, abrangente e estrutural em relação aos problemas da educação nacional. Assim, em 1932, é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que apresenta uma análise dos problemas da educação e do ensino no País, em todos os seus aspectos, níveis e modalidades, e prega a renovação de métodos e processos, além da ênfase na visão sistêmica do aparelho escolar e na compreensão da administração educacional como atividade científica, que dispensa diletantismo e improvisação. Esse movimento busca delinear diretrizes para a renovação escolar, preconizando o estabelecimento de uma “escola única, ativa, leiga, obrigatória e gratuita” (SAVIANI, 2008). O esforço em torno da reestruturação da educação nacional tem continuidade na gestão do mais longo Ministro da Educação da história do Brasil, Gustavo Capanema, que elabora as leis orgânicas de ensino, reorganizando o ensino primário, industrial e secundário, comercial e agrícola (SAVIANI, 2008).

Com o fim do governo Vargas, em 1945, delinea-se um novo cenário para a educação brasileira. No âmbito do processo de redemocratização do país, é aprovada uma nova Constituição em 1946, que estabelece, como competência da União, “legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”. Assim, tendo em vista esse preceito constitucional, inicia-se um processo de discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que repercute nas esferas estaduais. Nesse contexto, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, são criadas comissões encarregadas de formular sugestões para a minuta da LDBEN.

Durante o sinuoso percurso de tramitação da LDBEN de 1961, principalmente ao longo da década de cinquenta, o Brasil viveu momentos de otimismo econômico embalado, algumas vezes, pelo fervor nacionalista que teve, na criação da Petrobrás, especial destaque. A

constituição da Companhia Siderúrgica Nacional e a elaboração do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960) são alguns exemplos que ilustram o papel decisivo do Estado na gerência do desenvolvimento econômico brasileiro (TAVARES, FIORI, 1993). Nessa direção, difunde-se a ideia de que a educação constituiria instrumento de desenvolvimento econômico, favorecendo a equalização das oportunidades sociais e o aumento da produtividade do trabalho. Esta preocupação conduz o Presidente Juscelino a enfatizar a ampliação do sistema educacional, propondo a criação de cursos complementares ao ensino primário com orientação profissional (CARDOSO, 1977). A ênfase recai sobre as escolas técnico-profissionais, que deveriam preparar “recursos humanos” qualificados para os setores da produção econômica. Com relação à educação primária, é destacada a necessidade de expansão das oportunidades escolares, não tanto como parte de um processo de garantia de direitos e promoção da cidadania, mas antes como necessidade de qualificação elementar da população para responder às novas demandas do capitalismo no Brasil (CUNHA, 1991; FREITAS, BICCAS, 2009).

Após longo e tortuoso trâmite, é sancionada, em 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entre as polêmicas que marcaram o processo de elaboração do texto legal, podemos mencionar: os embates em torno da defesa da escola pública versus o fortalecimento da escola particular; a disputa entre centralização e descentralização na organização do aparelho escolar; o embate entre a escola pública laica e o atravessamento da religião no currículo escolar e o acalorado debate entre a tese da destinação de recursos públicos exclusivamente às escolas públicas e a defesa do financiamento público dos estabelecimentos privados (SAVIANI, 2008).

No Estado do Rio de Janeiro, no final da década de cinquenta, também emerge a preocupação com a expansão da educação primária e secundária. Na gestão do governador Miguel Couto (1955-1958), lança-se a ideia de que cada município do Estado deveria ter o seu ginásio (ROCHA, 2003). Este objetivo não alcançado é retomado pelo governador Roberto Silveira (1959-1961), que empreende uma parceria com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEC), abrindo ginásios, escolas normais e escolas técnicas no Estado. Ainda na gestão Roberto Silveira, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, considerado como o primeiro movimento de alfabetização de massas patrocinado por um governo estadual até aquele momento (ROCHA, 2003). A preocupação com o ensino superior suscita a criação, em fins de 1959, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), depois Universidade Federal Fluminense (UFF), por Juscelino Kubitschek, atendendo a uma reivindicação do então governador do Estado do Rio (ROCHA, 2003), mas com intenso trabalho de formulação e de articulação, em prol da criação da Universidade, feito pelo Deputado, depois Senador, Vasconcelos Torres (VIEIRA, 1985).

Os problemas no campo educacional avolumavam-se no antigo Estado do Rio, que apresentava alta taxa de analfabetos, baixa densidade de serviços escolares, ao mesmo tempo em que a demanda por educação crescia. Além da inexistência de uma infraestrutura adequada à educação primária e secundária, existiam as reivindicações salariais dos professores (ROCHA,

2003). Emergiam conflitos e polarizavam-se posições. O contraste com o antigo Distrito Federal, depois Estado da Guanabara, era visivelmente desfavorável ao Estado do Rio.

No exercício do cargo de vice-governador do Estado, eleito como adversário da chapa pela qual se elegeu o governador Roberto Silveira, Celso Peçanha viu-se confrontado ao complexo desafio de governar o Estado, em circunstâncias particularmente delicadas e cercadas de ampla comoção popular: a morte do governador Roberto Silveira, em 1961, na cidade serrana de Petrópolis, quando lá estava para sobrevoar as regiões castigadas por fortes chuvas. O helicóptero em que estava o governador sofreu um acidente, logo após decolar do Palácio Rio Negro. Gravemente ferido, Roberto Silveira não resistiu, vindo a falecer alguns dias depois. Como gozava de grande popularidade, sua morte deflagrou impressionante e comovente reação da população fluminense (ROCHA, 2003). É nesse ambiente dramático que o vice-governador Celso Peçanha assume o governo do Estado.

Governo Celso Peçanha: ênfase na educação?

Celso Peçanha iniciou a sua trajetória política como líder estudantil, na Faculdade de Direito de Niterói, quando em 1939 foi eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Durante o Estado Novo, em 1941, foi nomeado por Amaral Peixoto, então Interventor Federal no Estado do Rio, prefeito de Bom Jardim (RJ). Em 1943, foi destacado pelo mesmo Interventor para outra missão: ser Prefeito de Rio Bonito (RJ), cargo que ocupou outras duas vezes. Na segunda vez, já no período da redemocratização, designado pelo Interventor Hugo Silva, e na terceira vez, eleito pelo povo de Rio Bonito, governou o município de outubro de 1947 a janeiro de 1951 (PEÇANHA, 2006).

Em seguida, elegeu-se deputado federal seguidamente, em 1950 e em 1954, com expressivas votações. Mais tarde, voltaria a ser deputado federal em duas outras legislaturas consecutivas: de 1979 a 1982 e de 1983 a 1986. Um breve exame de seus discursos, como parlamentar, revela a sua preocupação com a educação:

(...) para mim o problema mais sério, a causa de todo esse desentendimento e má administração brasileira é a questão educacional. Já no fim do século XX, quando assistimos à aurora do século XXI, o Brasil ainda tem 26,9% de analfabetos, uma carga tremendamente pesada a toda a comunidade brasileira. A nossa dívida para como os nossos patrícios que procuram escolas e não as encontram, está a nos atormentar a todo o instante, porque não vemos por parte do governo nenhuma providência. (...) Virei duas vezes por mês a esta tribuna conclamar o governo a encetar uma campanha nacional para a erradicação do analfabetismo. Sem o combate ao analfabetismo, a Nação se desmoronará completamente (BRASIL, 1983, p. 0347).

Além das questões relativas ao analfabetismo, detectam-se em suas intervenções, na Câmara Federal, temas como reforma dos currículos do ensino fundamental (BRASIL, 1951), formação de professores para o ensino secundário (BRASIL, 1951a), além de discussões acerca da necessidade de contratação de inspetores para o Estado do Rio (BRASIL, 1952) e da atuação do Ministério da Educação (BRASIL, 1958). Em seu penúltimo mandato como deputado federal,

Celso Peçanha apresentou a Proposta de Emenda Constitucional nº 50/1980, que dispunha sobre vinculação de parcela do orçamento federal à educação, sendo seguido, pouco tempo depois, pelo senador capixaba João Calmon, cuja propositura do mesmo teor acabou, por acordo, tendo precedência na tramitação (PEÇANHA, 2006).

Em 1958, Celso Peçanha elegeu-se vice-governador do Rio de Janeiro, derrotando Paulo Brito Araújo, candidato da chapa de Roberto Silveira, eleito então governador na disputa com Getúlio de Moura, este companheiro de chapa de Peçanha. Como já mencionamos, a trágica e prematura morte do governador Roberto Silveira alçou Celso Peçanha ao governo fluminense, em 28 de fevereiro de 1961. Seu primeiro ato oficial como governador foi a assinatura, naquela data, do Decreto nº 7.312/1961, pelo qual declarava “luto oficial por seis dias, em todo o território do Estado, em homenagem à memória do Governador Roberto Silveira” (PEÇANHA, 2006, p. 91). Em suas memórias, Celso Peçanha, referindo-se ao início de seu governo, afirma: “(...) parti, resolutivo, para realizar uma administração que iria tornar-se marcante pelas obras realizadas e pela revolução na educação (grifos nossos)” (PEÇANHA, 2006, p. 92). O propósito do nosso trabalho é justamente empreender um esforço analítico para aprofundar o conhecimento sobre esta proclamada “revolução”.

Na sua Mensagem à Assembleia Legislativa, Celso Peçanha (1962) desenvolve favorável balanço de seus dez meses de governo no ano de 1961. O governador já se decidira pela antecipação do final de seu curto governo, pois, desde a posse sob circunstâncias trágicas, Peçanha já delineava o desejo de se desincompatibilizar para disputar as senatórias de 1962 (ROCHA, 2003), o que lhe valeu severas críticas inclusive de antigos aliados, como Amaral Peixoto (CAMARGO, 1986). Levou o projeto da candidatura ao Senado a termo, mas não se elegeu. No início de 1962, era, portanto, necessário apresentar um balanço efetivamente positivo do ano de 1961 e avançar o máximo possível naquele que seria um curto segundo ano de governo, quando permaneceria pouco mais de um semestre como governador. No tocante à educação, a Mensagem é enfática, quando destaca a política de expansão da rede estadual e a intensa dedicação do governador à tarefa de tratar a educação com toda a atenção possível:

(...) criando, recuperando e reformando escolas, encampando estabelecimentos particulares de ensino, promovendo a instalação de novos Institutos de Educação, Escolas Normais e Escolas Técnicas, ampliando, enfim, tanto quanto possível, a nossa rede escolar (PEÇANHA, 1962, p. 103).

Na Mensagem, o governador ressalta, ainda, o expressivo número de professores recrutados, levando-se em conta critérios de capacidade e aptidão, até então não observados. Contudo, durante o depoimento que nos prestou, Hilka Peçanha lembrou, de forma jocosa, a tentativa de nomeação de um professor que não tinha formação adequada, “parecendo até analfabeto”. Ao seu lado, Celso Peçanha afirmou não se lembrar do episódio e reagiu com certa estranheza, quando a ex-Primeira Dama insistiu sobre a veracidade do fato. No texto da Mensagem, o governador faz questão de acentuar, como “ponto alto” do seu governo:

(...) a preocupação de valorizar a cultura especializada dos que são portadores de diploma de normalista, afastando-se, para sempre, a condenável prática de se admitir para o exercício do magistério pessoas não legalmente credenciadas para tanto (PEÇANHA, 1962, p. 112).

Celso Peçanha classifica como “extraordinário” o trabalho desenvolvido, em 1961, pela Secretaria de Educação e Cultura, afirmando que o Estado do Rio chegou ao final daquele ano com 534 prédios escolares próprios, outros 534 prédios alugados e 420 prédios cedidos graciosamente à Secretaria, totalizando 1.488 prédios “exclusivamente destinados à educação de nossos coestaduanos” (1962, p. 104). O governador também afirma ter criado, em 1961, 146 unidades escolares primárias, 127 unidades de ensino pré-primário e, simultaneamente, 2.467 cargos de Professor do Ensino Pré-Primário e Primário. Nesse sentido, acentuou o concurso para ingresso no Magistério Primário, disciplinado pelo Decreto nº 7.728/1961, “que substituiu uma série de instruções disciplinadoras da sua realização, mais ou menos subordinadas ao arbítrio pessoal do titular da Secretaria” (1962, p. 112). Ressaltou, também, a relocação de centenas de professores, de modo que pudessem exercer seu trabalho, mais próximos de sua região de origem ou de sua família.

Quanto ao ensino médio, a Mensagem sublinha a existência de 13 estabelecimentos estaduais, quando Peçanha assumiu o governo, para em seguida realçar, que em apenas 10 meses, o governador criou mais 9 colégios estaduais, o que lhe permitiu assegurar que, em 1962, “algumas centenas de jovens” teriam instrução secundária “inteiramente gratuita”. No ensino normal, três novos Institutos de Educação foram criados em 1961: São Gonçalo, Petrópolis e Nova Iguaçu. A Mensagem esclarece que, por não ser possível, por razões orçamentárias e financeiras, a construção de um Instituto de Educação por município, o governo Celso Peçanha decidiu reconhecer 11 escolas normais particulares, o que correspondia a pouco mais de 14% do total existente.

A Mensagem também apresenta avanços relacionados à educação especial, à educação de adultos, à educação rural, à distribuição de material escolar e à inspeção escolar. Neste caso, Peçanha ressalta que foram “efetuadas, em 1961, 3.003 visitas, índice nunca atingido em exercícios anteriores” (1962, p. 111).

Ao esboçar as primeiras análises sobre esse manancial de dados, queremos salientar o fato de que, na Mensagem à Assembleia Legislativa, as áreas que ocupam o maior número de páginas são: a Secretaria de Obras Públicas (cerca de 40 páginas) e a Secretaria de Educação e Cultura (cerca de 30 páginas), bem à frente das outras áreas do governo. Isso revela que o governo tinha mais realizações a demonstrar nessas áreas, o que pode, efetivamente, ser considerado como revelador de ênfases ou prioridades.

Cabe também ressaltar a existência de preocupações objetivas e subjetivas em relação ao magistério, como a política de relocação de professores, que compreende aspectos materiais (tempo de deslocamento de casa ao trabalho), como também aspectos psicológicos, afetuais ou socioculturais (estar perto da família ou da cidade ou região de origem).

A adoção de procedimentos republicanos, por assim dizer, no que tange ao recrutamento do magistério, também merece ser ressaltada como antídoto ao nocivo jogo de influências políticas na nomeação de professores em escolas públicas, moeda corrente antes da consagração do ingresso no magistério público por concurso público, o que só se efetiva no Brasil, a rigor, com a Constituição de 1988. Relacionado a esse aspecto, importa sublinhar a valorização da formação profissional para o magistério, na modalidade Normal, o que pode ter contribuído para realçar a importância da profissionalização dos professores.

Há, porém, duas grandes lacunas na Mensagem. Em primeiro lugar, não se faz menção à questão da carreira e dos salários dos professores, tema que surpreendentemente não é mencionado no balanço de 1961. Em segundo lugar, nada se relata na Mensagem, em relação ao ano de 1961, sobre as condições de aprendizagem dos alunos ou, em termos atuais, sobre a questão da qualidade da educação, em particular sobre a construção do conhecimento ou o aproveitamento escolar dos alunos. Mencionam-se taxas de frequência à escola, mas não se aborda, sequer de passagem, o problema da qualidade da escola. Como o documento é do início dos anos 1960 e, nessa época, o acesso à escola era rarefeito para os filhos das classes populares, é possível que a ausência de relato sobre aprovação, repetência e evasão se explique pela inexistência de dados relevantes sobre aqueles fenômenos. Como sabemos, a exclusão escolar explode, como um mecanismo de seleção social posto a funcionar no interior do próprio sistema escolar, na medida em que a escola pública passa a receber crianças socioculturalmente tidas como limitadas ou desqualificadas, face à cultura escolar hegemônica, referenciada em valores e visões de mundo burguesas (Bourdieu, 1998).

ENCERRANDO SEM CONCLUIR

Os desdobramentos da pesquisa e a mitigação dos documentos produzidos pelo governo Celso Peçanha ou pelo próprio ex-governador com documentos de outra procedência poderão abrir novos veios de análise e investigação, aprofundando este exercício analítico preliminar que ora apresentamos. Novas entrevistas já programadas com autoridades educacionais do período também poderão ampliar o horizonte da pesquisa, assim como a interlocução com opositores ou críticos do governo Celso Peçanha. A pesquisa segue seu curso, sempre inesperado.

Notas

- (1) A pesquisa conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Câmara Municipal de Niterói (CMN).
- (2) Waldeck Carneiro e Flavia Araujo, Professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenam o GRUPPE/CNPq. Fernando de Souza Paiva, doutorando em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, é pesquisador do GRUPPE/CNPq.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 23, n.58, pp. 26-104, 1955.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 10 de março de 1983.
- _____. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 27 de março de 1958.
- _____. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 8 de outubro de 1952.
- _____. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 4 de dezembro de 1951a.
- _____. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 9 de outubro de 1951.
- CAMARGO, Aspásia et al.. **Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- CRUZ, Adelina Alves (org.). **Impasse na democracia brasileira (1951-1955): coletânea de documentos**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1983.
- CUNHA, Marcus Vinícius. A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisa do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 72, n. 171, pp. 175-195, 1991.
- DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ERTHAL, Luiz Augusto. **Apresentação da Coleção “Introdução aos Clássicos Fluminenses”**. Niterói, s/ed., 2009.
- FREITAS, Marcos Cezar de, BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação (1926-1996)**. São Paulo, Cortez, 2009.
- LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador**. Brasília, INEP, 2004, v. 4.
- PEÇANHA, Celso. **Mensagem do Governador Celso Peçanha à Egrégia Assembléia Legislativa**. Niterói, Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1962.
- _____. **A Planície e o horizonte: memórias inacabadas**. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2006.
- ROCHA, José Sergio. **Roberto Silveira: a pedra e a rocha**. Niterói, Casa Jorge, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo, Autores Associados, 2008.
- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, Roberto. **(Des) Ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- VALLADARES, Lícia do Prado, SANT’ANNA, Maria Josefina G. (orgs.). **O Rio de Janeiro em teses: catálogo bibliográfico 1960-1990**. Rio de Janeiro, UERJ/IUPERJ, 1992.
- VIEIRA, José Ribas. **A Universidade Federal Fluminense: de um projeto adiado à sua consolidação institucional – subsídios para uma interpretação**. Niterói, CEUFF, 1985.